



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

ATA N.º 1/2017

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e dez minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: período para intervenção do público-----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia-----

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente-----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia-----

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira. -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro Integrado no PAEL – 4º Trimestre de 2016 – (Dados Provisórios) – Título Informativo. -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da Ata nº6 da Sessão Ordinária de 30 de dezembro de 2016. -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Aprovação de Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza e Higiene Pública do Município de Borba. -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Aprovação de Regulamento de Venda de Lotes no Loteamento Habitacional de Rio de Moinhos. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Aprovação de Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Borba.

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão, desejou boa noite e um Feliz Ano Novo a todos os presentes, e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Luís Miguel Generoso Baltazar; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Pedro Miguel Lopes Grego; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João António Ameixa Morgado.-----

----- Verificou-se a ausência do membro: Francisco José Ramalho Mendes que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento nº.1**) e foi substituído pelo senhor Luís Miguel Generoso Baltazar. -----

PONTO UM: Período para intervenção do público

----- Não houve intervenções por parte do público presente. -----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente

----- **O membro Célia Alpalhão (2ª Secretária)** desejou boa noite a todos os presentes, e relativamente ao expediente entrado, informou ter sido recebida a seguinte documentação: -----

- - **Email da APAVEB**, com a exposição feita à Autoridade Nacional da Proteção Civil, sobre o incumprimento do SCIE – Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios, na Escola EB2,3 Padre Bento Pereira em Borba. -----
- - **Ofício da Antral – Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros**, em defesa da legalidade, e de uma mobilidade sustentável nas cidades, com respeito pela segurança e qualidade de vida dos cidadãos. **Proposta de Lei**



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

50/XIII – Cria o regime do transporte em veículos a partir de plataforma eletrónica. ----

- - **Ofício da Assembleia Municipal de Viseu**, com uma Moção sobre “**Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, designando-os por “Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de doutor.** -----
- - **Email da Câmara Municipal de Campo Maior** a dar conhecimento do Protocolo de Cooperação – “**Reestruturação do Ambulatório do Hospital de Elvas em clinica de Alta Resolução**”, numa versão diferente e que substitui a que foi aprovada e assinada por todos em maio de 2015. -----
- - **Email da CCDR**, com o parecer jurídico, em resposta ao requerimento apresentado pelos eleitos do PS, relativamente aos procedimentos concursais. – **Recrutamento de 12 trabalhadores para a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado. Aviso publicado no Diário da República II serie de 15 de junho de 2016, sobre o nº 7515/2016.** -----

No que respeita às seguintes questões: -----

- **Avaliação psicológica**
 - a) Legalidade ou ilegalidade na contratação da empresa Cerciostremoz?
 - b) Imparcialidade do júri do concurso? -----

----- Relativamente ao **Expediente Expedido** -----

- **Ofício aos eleitos do Partido Socialista**, a dar conhecimento do **parecer jurídico**, recebido da CCDR, no que respeita ao assunto mencionado no expediente entrado. -----

----- Informou, que como usualmente o expediente encontra-se disponível para consulta. -----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

----- **O membro Luis Baltazar** desejou boa noite a todos os presentes e colocou as seguintes questões ao senhor presidente da câmara: -----

- “A quantos projetos a Fundos Comunitários se candidatou a autarquia desde 2013? -----
- Quantas empresas se fixaram no concelho desde que o senhor tomou posse? -----
- Quais os apoios á criação de emprego e as políticas locais, que a Câmara implementou para promover o emprego digno no concelho? -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

----- Quais foram as infraestruturas que criou nas Zonas Industriais, para atrair investimento e empresas para o nosso concelho? -----

----- Relativamente às políticas sociais de natalidade e de apoio aos mais desfavorecidos, nomeadamente ao grupo etário dos idosos, que políticas sociais é que o município adotou desde de 2013? -----

----- O presidente da Câmara Municipal desejou boa noite a todos os presentes e respondeu às questões do membro Luís Baltazar. -----

-- "(...), nós temos muitas intenções, projetos temos alguns. Temos projetos em parceria com a CIMAC, temos projetos individuais, que têm que ver com Eficiência Energética. Temos o Plano das PARU'S, aprovado, o qual contempla vários projetos, que na altura certa, serão feitas as suas candidaturas. O valor estimado para esses projetos são cerca de 1.950.000.00€. O nosso orçamento contempla um investimento de cerca de 150.000.00€ para estes projetos, sendo que 85%, do valor de cada projeto será apoiado pelos Fundos Comunitários. Será feita uma escolha prioritária nos projetos do Plano das PARU'S, de forma que seja dada prioridade aos investimentos fundamentais para o desenvolvimento do concelho. Continuou "(...) o projeto do Celeiro da Cultura, avançará num processo normal. (...) o que eu quero (...), é pensar a sério no projeto do Largo da Misericórdia. Iremos avançar com os projetos de acordo com o que está previsto". -----

-----Temos Projetos em parceria com a CIMAC, no que respeita a Mapeamentos e Infraestruturas (PDCT): -----

- Centro Comunitário da Freguesia de Rio de Moinhos; -----
- Centro Comunitário da Freguesia da Orada; -----
- Centro Municipal de Ocupação e Valorização da Juventude; -----
- Otimização das Piscinas de Borba; -----

- No que respeita aos projetos de Eficiência Energética existentes, existem projetos só do Município de Borba e outros em parceria com a CIMAC. -----

- Projetos de Eficiência Energética - do Município (2) – Edifícios Públicos; (Candidatura)-----

- Projetos em parceria com a CIMAC – Iluminação Pública; Mobilidade, -----

----- Seguidamente, fez referência ao projeto que tinha dado origem à presente Oficina da Criança.

----- Esclareceu que tinham previstos cerca de 1.950.000,00, para investir em projetos. -----

----- Informou, que já estão abertas as candidaturas à linha de apoio à valorização turística do interior, que se destina a apoiar o desenvolvimento dos projetos turísticos previstos no Programa Nacional para Coesão Territorial lançado pelo Governo. -----

- "Os apoios financeiros ascendem a 90% do valor das despesas elegíveis dos projetos, com o limite máximo de 150.000,00 euros no caso das empresas, e de 400.000,00 euros no caso das demais entidades, incluindo as de natureza privada sem fins lucrativos". -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

----- Adiantou "(...) a Câmara de Borba, tenciona adquirir um imóvel, com base nestas candidaturas de apoio à valorização turística no interior, e que permitirá ao concelho de Borba, dinamizar, uma coisa, extremamente importante, o Vinho de Talha". -----

----- Realçou que a prioridade nos projetos a apresentar, será de acordo com a sua importância para o concelho. -----

----- No que respeita às empresas fixadas no nosso concelho nos últimos anos, respondeu, "(...) cinco empresas aumentaram os seus postos de trabalho, mas fixadas, nenhuma (...)". -----

----- Continuou "(...) há uns anos atrás o que se criou em Borba, foram ilusões (...)", e deu como exemplo a empresa EDC – Mármore S.A, CEVALOR. -----

----- Relativamente aos apoios à criação de emprego e às políticas locais, que a Câmara implementou para promover o emprego digno no concelho, deu como exemplo a criação do PIEL – programa de incentivo ao empreendedorismo local. "Através deste programa, uma pessoa, concorreu a um concurso público e ganhou, o aluguer do Restaurante do Jardim Municipal, o que vai permitir a criação de dois ou três postos de trabalho". -----

----- No que respeita às infraestruturas, referiu a ligação de acesso criada, à zona Industrial do Alto dos Bacêlos. -----

----- Práticas Sociais, "(...) temos apoiado tudo o que é necessário, sem nunca esquecer que existe outro tipo de instituições que poderão dar o apoio necessário às pessoas que precisam (...)". -----

----- Terminou a sua intervenção referindo "(...) nunca vou mudar em relação àquilo que quero, ao respeito por Borba (...)". -----

----- O membro João Pedro desejou boa noite a todos os presentes, e disse ter a CDU uma Moção para apresentar, a qual estava relacionada com a transferência de competências para as autarquias locais. -----

----- Seguidamente leu a Moção, que se transcreve e arquiva em pasta anexa como o (documento nº2). -----

- "Moção sobre Transferência de Competências -----

- A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa – tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.

- A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração – só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. -----

- A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. -----

- A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

- Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local. -----

- Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural. -----

- A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. -----

- Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição das condições para responder às responsabilidades que já hoje detém, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. -----

- A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição de um ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessários e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. -----

- Face aos projetos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a AM de Borba, reunida a 24/02/2017 delibera: -----

1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional. -----

2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas, enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios. -----

3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. -----

4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

presente e futuro. _____

- Enviar para : _____

- Assembleia da República; _____

- Grupos Parlamentares; _____

- Primeiro-ministro; _____

- Ministro da Administração Interna; _____

- Comunicação Social; _____

- Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Borba _____

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse "(...) o regimento da Assembleia Municipal, diz no artigo 32º, no número 5 – "A Assembleia Municipal nas sessões ordinárias, só pode deliberar sobre assuntos incluídos na ordem do dia. No artigo 37º, número 1 – O período de antes da ordem do dia é destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, que não sejam objeto de deliberação (...). A moção pode ser apresentada (...) não necessariamente votada" _____

----- **O membro João Pedro** disse ao senhor presidente da Assembleia Municipal "(...) o problema que nós temos, tem exatamente a ver com o regimento, porque a Lei 75/2013, permite que sejam votadas moções. Nós todos temos culpa em relação àquilo que aprovámos em termos regimental, mas as moções têm que ser votadas quando são apresentadas, pelas forças políticas da Assembleia Municipal, aqui não há qualquer dúvida". _____

----- **O presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que aquele regimento tinha sido aprovado por unanimidade, há exatamente dois anos. _____

----- **O membro Ângelo de Sá** disse ao senhor presidente "(...) nós aprovámos este regimento, mas o senhor sabe tão bem quanto nós, que a lei se sobrepõe ao regimento, como tal estou plenamente de acordo com o que diz o João Pedro, a moção tem de ser posta à votação". _____

----- Após o consenso entre o plenário, no que respeita à votação da moção apresentada pelos eleitos da CDU, o senhor presidente da Assembleia Municipal, colocou a Moção à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. _____

----- **O membro Ângelo de Sá** fez algumas observações sobre as intervenções feitas pelo senhor presidente da Câmara. Adiantou que as respostas do senhor presidente, ao membro Luís Baltazar foi "(...) uma mão cheia de nada, e outra de coisa nenhuma. Há muitas ideias, mas o problema é colocá-las em prática". _____

----- Relativamente à questão das candidaturas aos fundos comunitários, informou que das catorze Câmaras que constituem o Alentejo Central, houve duas Câmaras que não fizeram nenhuma candidatura, uma foi a Câmara de Borba e outra a Câmara de Vila Viçosa. Realçou "(...) a resposta que o senhor presidente deveria ter dado (...) era que a Câmara de Borba, não fez nenhuma candidatura". Continuou "(...) quanto à fixação de empresas no concelho, zero! A empresa que o senhor presidente disse, que vai criar dois ou três postos de trabalho, infelizmente, não lhe foi dado



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

apoio nenhum pela Câmara (...), essa empresa, faz parte de uma Instituição, que neste concelho já criou trinta empresas (...). -----

----- Quanto às políticas sociais, referiu que nada foi feito desde 2013, utilizando a expressão "(...) foi feito zero". -----

----- Respondendo ao senhor presidente, relativamente ao pagamento da dívida, disse "(...) qualquer Câmara quando toma posse, é sua responsabilidade pagar, aquilo que tem que pagar (...)".

----- No que respeita às piscinas municipais, informou que este equipamento "(...) tem previsto uma ligação à piscina de energia solar, (...)". Continuou referindo que já em 2013, houve candidaturas de eficiência energética, às quais o município poderia ter concorrido, e não o fez. Dando como exemplo equipamentos sobre os quais poderiam ter sido feitas as candidaturas, Piscinas Municipais e Pavilhão da Escola de Borba e os balneários do Campo de Futebol. -----

----- Informou, "(...) a Associação Valor Pedra que funcionava no CEVALOR, passou a funcionar na cidade de Estremoz". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** em resposta às intervenções anteriormente proferidas pelo membro Ângelo de Sá, disse "(...) como é que uma pessoa, que é presidente do Conselho Geral do CEVALOR, deixou chegar o organismo à situação que chegou". -----

----- Relativamente à transferência da associação Valor Pedra, para a cidade de Estremoz, referiu "(...) o importante, é esta associação ter-se mantido no Anticlinal (Sousel a Pardais), ou seja, na zona onde a pedra do nosso concelho seja valorizada, que promova a nossa zona (...)". -----

----- Reafirmou "(...) faz-me confusão, como é que pessoas com conhecimento de causa, deixaram, permitiram, que o setor tecnológico do CEVALOR, chegasse à situação atual". -----

----- Continuou "(...) outro investimento mal sucedido, EDC - Mármore, vinte milhões de euros investidos, não sei quantos postos de trabalhos programados, nenhuns executados, (...) tão falida como o CEVALOR". -----

----- Salientou "(...) o município de Borba, presentemente faz os pagamentos a pronto pagamento, exceto o autocarro que chegará no início de março, que será pago a três anos". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** interrompeu e pediu ao senhor presidente, um ponto de ordem à mesa. "(...) o senhor presidente não está a responder ao que lhe foi perguntado". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** continuou e perguntou "(...) quem é que faz umas piscinas em Borba, num quadro de apoio, em que pensa que as mesmas têm que ser governadas por gás! Têm a noção do que custam as piscinas de Borba todos os meses? (...)". -----

----- Acrescentou, "(...), nós temos muitas intenções, mas também temos projetos, que estão a ser feitos". -----

----- Seguidamente, afirmou "(...) eu quero o melhor para Borba, mas acima de tudo quero ser justo e não enganar ninguém (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse "(...) teremos todos nós, de fazer um esforço,



il

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

porque somos pessoas civilizadas e inteligentes, para nos deixarmos de litanias e avançar com o que é realmente importante para esta comunidade. (...) o que é realmente importante para esta comunidade, não se compadece com estas litanias de oratória. Peço que tenham o mínimo de respeito uns pelos outros, e que falem daquilo que interessa, não venham com assuntos colaterais, nem tirar partido disto ou daquilo (...). Todos nós temos um objetivo em comum, que é fazer com que esta comunidade seja uma comunidade progressiva, que ande, que avance, agora os caminhos podem ser diferentes. (...) quando alguém faz alguma coisa significativamente importante, é natural que surjam oposições violentas, (...) sempre assim foi (...)!"

----- Continuou e exemplificou a sua intervenção. "(...), Sócrates, mataram o homem só porque diziam que ele andava a corromper a juventude. O próprio Jesus Cristo mataram-no porque ele dizia blasfémias. Giordano Bruno mataram-no porque dizia que a Terra não era plana". Acrescentou "(...) se o objeto de qualquer ação, feita por um homem ou feita por um agrupamento de homens, tiver a concordância de todos, é porque não se trata de grande coisa".

----- O membro **Ângelo de Sá** disse "eu não faço citações (...), prefiro antes dizer o que penso".

----- O presidente da Assembleia Municipal respondeu "(...) eu não fiz nenhuma citação, relatei os factos".

----- O membro **Ângelo de Sá** continuou "(...) eu não vou falar outra vez nos conflitos de interesses (...), relativamente ao CEVALOR, isso já está escrito na última ata (...)". Acrescentou "(...) tudo o que foi feito, foi feito dentro das regras, dentro da legalidade, (...) obviamente se estivessem cá outras pessoas poderiam ter decidido de outra forma (...), agora uma coisa é certa, enquanto o partido socialista esteve nesta Câmara durante doze anos (...), tudo o que podia vir, vinha para Borba (...), e não ia para os concelhos limítrofes".

----- O membro **João Letras** desejou boa noite a todos os presentes e de seguida referiu uns dados, que tinha em sua posse, respeitantes ao desemprego em Borba, entre os anos de 2001 e 2011. "(...) o desemprego em Borba em 2001 era de 4.9. Em 2011 era de 13.99, ou seja, não é pelo facto de se investirem milhões, e milhões (...), que se vai criar emprego, está demonstrado por estes dados. (...) Cria-se emprego utilizando esses milhões de forma adequada e consciente, de boa gestão, de gestão eficiente, tendo em vista não o curto prazo, não as eleições. Tem de se ter em vista uma estratégia de sustentabilidade do próprio concelho, do município, coisa que o partido socialista não fez (...)".

----- Seguidamente, dando como exemplo o Pavilhão de Eventos, referiu um investimento de três milhões de euros, que não serve por si só, para a realização da Festa da Vinha e do Vinho, pois é necessário proceder-se ao aluguer de tendas, para complementar as necessidades deste evento. Utilizou a expressão "(...) fazer obra por fazer, gastar por gastar (...)", para expressar a má estratégia de sustentabilidade do concelho, os maus investimentos realizados.

----- Acrescentou "(...) Borba terá de fazer investimentos (...), para se adequar às novas exigências económicas, nomeadamente, derivadas da área do Turismo (...), nos últimos anos, muito pouco foi



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

feito nesta área. Nós, não estamos a acompanhar os restantes concelhos (...). -----

----- Referiu, o MUB tinha na sua carta de intenções objetivos para esta legislatura, que não cumpriu minimamente, e exemplificou "(...) a reativação do GADE – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico". Que segundo disse, na sua opinião era um objetivo importante, o qual poderia trazer algumas empresas para o concelho de Borba. "(...) Dinamização da festa da Vinha e do Vinho, noutros moldes que também não foi feita, (...)". "(...) A ETAR de Santiago Rio de Moinhos continua, praticamente tudo na mesma, passados quatro anos". -----

Reforçou, que o importante, era debater assuntos importantes para o concelho e "(...) não entrar em guerrilhas político / partidárias (...)". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** respondeu ao membro João Letras, terem os dados por ele apresentados "(...) que ver com uma crise muito grande que existiu, ao qual o PSD não será certamente alheio (...)". -----

----- Seguidamente, disse terem os Bombeiros Voluntários de Borba feito chegar a todas as forças políticas uma carta, e adiantou, não entender como é que um assunto daquela natureza, ainda não tinha sido apresentado por nenhuma força política, naquele período de intervenção. -----

----- Continuou "(...) será que os Bombeiros Voluntários de Borba, não interessam a ninguém das forças políticas que aqui está dentro?". -----

----- O **presidente da Câmara Municipal** respondeu "(...) a nível de taxa de desemprego o nosso concelho baixou muito, aumentou foi o rendimento social de reinserção (...)". -----

----- No que respeita ao Turismo disse "(...) foi inaugurado em 2015 um Posto de Turismo em Borba, para promover o nosso concelho, para promover os produtos da nossa região (pedra, vinho, enchidos, queijos, produtos tradicionais). (...) Borba tem estado presente na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, na maior bolsa de turismo nacional, como forma de dinamizar o nosso concelho e os nossos produtos, e temos conseguido coisas positivas (...)". -----

- Festa da Vinha e do Vinho "(...) em 2014 mudei a disposição dos stand's dentro do pavilhão, mas toda a envolvimento do Pavilhão de Eventos, não tem boa acessibilidade". -----

- Como forma de dinamizar o Pavilhão de Eventos, referiu alguns eventos que passaram a ter lugar nesse equipamento; "(...) desde 2013 que existe no Pavilhão de Eventos a festa "É Natal em Borba". A feira "Queijos e Sabores", também passou a fazer parte destes eventos, desde 2016. -----

----- O membro **Ângelo de Sá** pediu ao senhor presidente da Câmara, que fosse entregue aos eleitos do PS "(...) o documento, de compromisso da Câmara, que foi enviado às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, da resolução do problema do soro das queijarias. -----

----- Entregou a fotografia (arquivada em pasta anexa com o **documento nº.3**) que comprova, que a obra da variante, teve início um mês antes da consignação da adjudicação da obra. Pediu que a fotografia ficasse junto á ata anterior, onde o assunto tinha sido discutido. -----

----- Continuou "(...) foi-nos enviada uma fotografia (arquivada em pasta anexa, como **documento**



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

----- Continuou "(...) foi-nos enviada uma fotografia (arquivada em pasta anexa, como **documento nº.4**) que comprova, como uma pocilga foi transformada numa habitação, quero que fique em ata. ----

----- Relativamente ao assunto dos Bombeiros Voluntários de Borba, esclareceu que o assunto "(...) era extremamente delicado. Passando de seguida a enunciar, algumas dúvidas que se levantaram na carta recebida: -----

----- "porque é que esta carta surge apenas em 2017, se não há apoio desde 2009? -----

----- Fala-se num resultado líquido negativo de quarenta mil euros este ano. Este ano só? É estranho! -----

- Qual o valor da dívida dos hospitais? Era importante saber-se o valor". -----

----- Continuou, e citou excertos das atas da Câmara, onde se comprova que a Câmara cedeu apoios aos Bombeiros Voluntários de Borba. -----

----- Esclareceu, que a suspensão do subsídio mensal, no ano de 2010, atribuição feita aos Bombeiros desde 1982, no valor de 488.22€ /mês, tinha ocorrido na sequência de uma inspeção à Câmara de Borba, a qual tinha dito que não havia base legal para a atribuição desse mesmo subsídio. -----

----- Informou "(...) foi colocado especialmente para os Bombeiros Voluntários, uma boca de incêndio, ligada ao furo, que está em frente à Fonte das Bicas, para abastecimento dos carros dos Bombeiros, para evitar andarem a gastar água da rede pública". -----

----- Prestou informação sobre um lote de terreno que tinha sido cedido na zona Industrial da Cruz de Cristo para os Bombeiros, com a finalidade, que os mesmos erguessem um pavilhão, que serviria de oficina (...). Além disto, foi feito um projeto gratuitamente, para ampliação do quartel desta corporação de Bombeiros. Acrescentou "os Bombeiros Voluntários de Borba, tiveram em sua posse um cheque no valor de quatrocentos e oitenta mil euros, de uma candidatura, que foi feita com o apoio da Câmara Municipal de Borba, o qual foi devolvido ao ministro Miguel Macedo, porque não se podia aguentar mais tempo, para se proceder à ampliação do quartel dos B.V.B – Bombeiros Voluntários de Borba". -----

----- O membro **Paulo Ferreira** disse que ia intervir só para esclarecer algumas pequenas dúvidas.

----- O membro **Ângelo de Sá** interrompeu e disse "(...) o membro Paulo Ferreira que é pessoa interessada nos Bombeiros Voluntários, aconselhava eu, que de acordo com a lei que não o fizesse".

----- Gerou-se um burburinho na sala, o qual não se torna perceptível. -----

----- O membro **Paulo Ferreira** desejou boa noite a todos os presentes e informou que a documentação respeitante ao assunto em discussão, "(...) encontra-se em posse do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores, (...) caso exista alguma dúvida, os mesmos poderão esclarecer(...)." Continuou e disse "(...) faz parte, dos bombeiros enviar um Relatório e Contas a todas as entidades oficiais, incluindo a Câmara Municipal de Borba (...), estando o Relatório e Contas, presentes na Associação em sítio visível e acessível aos sócios, estranho que o senhor



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

sócio Ângelo de Sá, venha perguntar na Assembleia Municipal, as contas, quando poderá vê-las lá".

----- **O membro Ângelo de Sá** direito de resposta "(...) o sócio Ângelo de Sá, aqui, não é o sócio Ângelo de Sá (...). O sócio Ângelo de Sá, aqui, está a falar enquanto eleito pelo partido socialista. ---

----- **O membro Leonel Infante** disse "(...) houve aqui assuntos que foram votados, nos quais houve pessoas interessadas que votaram, e que está em ata (...), não sei porque é que o membro Paulo Ferreira não pode falar sobre os Bombeiros". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** interveio e disse ter dito aos Bombeiros "(...) independentemente do dinheiro, o importante era haver uma equipa permanente de cinco pessoas a trabalhar, em prol desta comunidade (...). Lamentavelmente o estado central ainda não decidiu. Existem três concelhos neste distrito que querem a E.P., Vendas Novas, Portel e Borba". -----
Referiu, que independentemente dos apoios camarários, os bombeiros merecem o maior respeito, porque "(...) são pessoas fundamentais neste concelho". -----

----- Relativamente à devolução do cheque que estava destinado à ampliação do quartel dos bombeiros, explicou que na altura não foi possível aos bombeiros fazerem o restante investimento, e assegurarem / desenvolverem ao mesmo tempo, um bom serviço à comunidade. -----

----- Acrescentou que em seu entender os bombeiros, devem ser apoiados da mesma forma que as outras instituições e associações, desportivas e culturais. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou boa noite a todos os presentes e informou "(...) ter investigado a casa, que está na fotografia, entregue pelos eleitos do partido socialista, sobre a qual usaram a expressão "(...) como uma pocilga foi transformada numa habitação". Continuou "(...) esta casa está licenciada, tem alvará (...), a única coisa que falta neste momento é a licença de utilização". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** respondeu "(...) naquele local nunca existiu uma casa, portanto, no mínimo os eleitos do PS, querem ver a fotografia aérea, comprovativa da existência daquela casa. As pessoas que vivem na região garantem que aquilo que ali esteve, naquele local era uma pocilga. Portanto os eleitos do PS, querem uma fotografia aérea, das ruínas que lá estavam." -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** respondeu "(...) nós vamos enviar a fotografia e toda a documentação que está afeta a esse licenciamento". -----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- **O presidente da Câmara Municipal** respigou algumas das atividades da Câmara: -----

- ETAR de Rio de Moinhos informou "(...) em março será lançado o projeto, segundo informação



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

recebida das Águas de Lisboa e Vale do Tejo (...). -----

----- Novo Posto da GNR - Guarda Nacional Republicana de Borba, informou estar previsto a mudança do posto da GNR para as instalações da antiga Escola Primária de Baixo. "Após alguns contactos mantidos, fui informado pelo comandante, que existe hipótese, da parte do ministério para a concretização deste projeto". -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** interveio e disse que as atividades desenvolvidas referentes aos seus pelouros estavam espelhadas nos documentos entregues a todos os membros, no entanto encontrava-se disponível para algum esclarecimento, que entendessem ser necessário. -----

----- **O membro Rui Franco** desejou boa noite a todos os presentes e colocou algumas questões ao senhor presidente "(...) a primeira é sobre informação. Os munícipes de Borba, merecem um Boletim Municipal, simples, claro (...), se possível em papel reciclado, para saberem a atividade da Câmara (...). A Câmara tem feito muitas coisas, coisas boas, interessantes, com os recursos financeiros que tem, O Relatório de atividades demonstra que existe muito trabalho, mas os munícipes precisam de saber, o que é que é feito (...) para quando o Boletim Municipal?". -----

----- Continuou, segunda questão "(...), a quanto é que no ano de dois mil e dezasseis, nos custou a água em alta, quer de abastecimento, quer residuais, isto é, quanto é que nos custou pertencermos ao sistema Águas de Portugal". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Rui Franco "(...) o Boletim sairá em tempo adequado, sem ter que ver com pré-campanhas ou campanhas (...)" -----

----- Relativamente ao custo da Água, informou que os valores tinham baixado, pedindo de seguida, permissão ao senhor presidente da Assembleia, para que o Chefe de Divisão António Passinhas, informasse qual tinha sido o valor de custo da Água no ano de 2016. -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas** informou "(...) Águas de Lisboa e Vale do Tejo, faturação do ano de 2016, os valores andam na ordem dos setecentos e seis mil euros (706.000, €), abastecimento e saneamento durante o ano. O valor mensal, ronda aproximadamente os cinquenta e oito mil oitocentos e cinquenta euros/mês (58.850, €). A diferença dos valores entre as Águas do Centro Alentejo e o sistema de Águas de Lisboa e Vale do Tejo, com a diferença do tarifário (...), significa aproximadamente seis mil e quinhentos euros por mês (6.500 €)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** salientou a importância da ETAR de Rio de Moinho e reforçou "(...) os eleitos do PS querem ter acesso ao documento, que foi entregue sobre a ETAR, o compromisso que há entre a Câmara de Borba e os queijeiros, relativamente ao soro do leite". -----

Relativamente ao posto da GNR, realçou dúvidas quanto à sua transferência para o edifício da Escola Primária. -----

Seguidamente, referiu uma atividade desenvolvida "Remoção de casulos da lagarta do pinheiro no Centro Escolar", afirmando "(...) achei interessante (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** interveio e referiu "(...) foi disponibilizada verba no



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

Orçamento Geral de Estado, a qual pode ser utilizada para as obras de transferência do Posto da GNR, para o Edifício da Escola Primária de baixo". -----

----- No que respeita ao Boletim Informativo, informou que o mesmo será feito na Câmara, e será um documento sucinto. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** respondeu ao membro Ângelo de Sá, "(...) removemos os casulos, queimámos as lagartas e comprámos umas cintas, para enrolar aos troncos dos pinheiros, e penso estar a dar resultado, porque nestes dois últimos dias, não apareceram lagartas nos pinheiros do Centro Escolar". -----

----- **O membro João Letras** apelou para que o Boletim Informativo, "(...) não fosse um calhamaço, igual a um de há quatro anos atrás, (...) que custou uns bons euros aos munícipes de Borba". -----

----- Expressou a sua opinião e agrado, acerca da transferência do posto da GNR. Explicou "(...) muitos edifícios de escolas primárias, foram reabilitados para albergar serviços públicos (GNR, Centros de Saúde ou Postos Médicos (...))". -----

----- Relativamente à Água, realçou "(...) ainda estou à espera da Assembleia Extraordinária, para abordarmos essa questão (...), passados quatro anos essa dita Assembleia não aparece, e eu continuo à espera (...)". Continuou "(...) O MuB que se entenda, que dialogue com todas as forças políticas, se efetivamente querem fazer a Assembleia sobre a Água, em Borba (...)". -----

----- **O membro João Morgado** desejou boa noite a todos os presentes e esclareceu "(...) é preciso ter-se muito cuidado com a processionária, que é a lagarta do pinheiro. Eu tive conhecimento esta semana, que só crianças da Orada, foram parar ao hospital seis, por causa da dita alergia. (...), todas as pessoas ou animais, que tenham contacto com a processionária, têm esse tipo de "alergia". Este é um problema grave, principalmente para as crianças em que esta alergia se manifesta de modo mais intenso, principalmente a nível das vias respiratórias". Acrescentou "(...) não podemos brincar com os casulos das lagartas, temos de ser racionais (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que o pinheiro em Portugal está a ser infestado por essa infestante, e que existem muitos problemas, para que se mantenham os pinheiros nas condições que têm tido até agora. Acrescentou "(...) É uma situação que está em vias de estudo, mas ainda não há uma solução cabal para terminar com esta infestante (...)". -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** disse concordar com o membro João Morgado, e realçou, foi por isso que o assunto foi tratado de uma tão forma séria. Quanto a abater as árvores, disse ter de ser uma situação muito bem ponderada. Acrescentando, o principal intuito é eliminar a processionária do pinheiro, se não for possível, que se consiga reduzir, porque todos os anos ela aparece, só que este ano tem sido um ano, em que a quantidade da processionária é maior. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** perguntou a que respeitava "(...) o processo judicial que está pendente, e mencionado no final deste Relatório financeiro na parte das responsabilidades Contingentes, no qual a autarquia, foi condenada a pagar quinze mil euros, e aguarda que seja



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

proferido o acórdão". -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** respondeu ao membro Paulo Ferreira, e explicou que se trata de uma reclamação muito antiga (ano 2007), em que o recurso foi apresentado pelo STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local. -----

----- Acrescentou "(...) ele aqui, só é apresentado por ser uma responsabilidade Contingente, e o Município ter criado provisão para o efeito (...)". -----

----- **O membro Paulo Ferreira** disse "(...), para haver um recurso de um acórdão é porque já foi proferida uma sentença anterior. Essa sentença foi a favor de quem? Foi mais uma que a Câmara, com a jurista tão famosa que tínhamos voltou a perder? (...), ou desta vez tinham ganho e alguém recorreu?". -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** respondeu "(...) deve ter sido o STAL a apresentar uma reclamação (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** interrompeu, e disse ao membro Paulo Ferreira, que toda a documentação relativa à questão levantada, lhe seria posteriormente entregue. -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro Integrado no PAEL – 4º Trimestre de 2016 – (Dados Provisórios) – Título Informativo.

----- **O presidente da Câmara Municipal** pediu permissão ao senhor presidente da Assembleia, para que o chefe de divisão António Passinhas de modo sucinto explicasse os documentos em apreciação. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse "(...) o que estava previsto no plano de ajustamento, e aquilo que são os valores executados ainda que provisórios. A receita efetiva ficou aquém daquilo que era previsto na ordem dos setecentos mil euros (700.000 €). A despesa na ordem dos cento e trinta mil euros (130.000 €), também aquém do previsto, embora o município tenha tido um saldo global, um saldo primário positivo, ficou na ordem dos seiscentos mil euros (600.000 €), aquém daquilo que era previsível. O endividamento é mais baixo que o previsível, em cerca de novecentos mil euros (900.000, €). O prazo médio de pagamento está a sessenta e sete dias, abaixo daquilo que era previsto, no sentido favorável ao município. Nas medidas que estavam previstas para aumento de receita, o município arrecadou mais duzentos e cinquenta mil euros (250.000, €), do que o previsto, em números redondos. Ao nível de redução de despesa, menos duzentos e oitenta mil euros, (280.000, €), do que aquilo que era previsto, ou seja, reduziu mais que o previsto. Na dívida de curto prazo ficámos quatrocentos mil euros (400.000, €), abaixo do limite que estava previsto no plano. No médio e longo prazo, quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000, €) abaixo. O total da dívida, com oitocentos e cinquenta mil euros (850.000 €), abaixo daquilo que era previsto. Por este



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

nível de análise, os objetivos foram cumpridos. Endividamento líquido, muito mais baixo que o previsto. Os objetivos do PAF, para o ano, se os dados provisórios se vierem a confirmar, não há motivo para receios". -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da Ata nº 6 da Sessão Ordinária de 30 de dezembro de 2016. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à discussão. -----

----- Após efetuadas as correções tidas por necessárias, o senhor presidente da Assembleia colocou a ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com quinze votos a favor (eleitos do MUB, PS e PSD). -----

----- De acordo, com o nº3 do artigo 34º do Decreto-lei nº4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros Ricardo Jorge Brinquete Lapão (MuB); Luís Miguel Generoso Baltazar (PS); Paulo Jorge Ramos Ferreira (PSD); Pedro Miguel Lopes Grego (CDU). -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Aprovação de Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza e Higiene Pública do Município de Borba. -----

----- O presidente da Câmara Municipal prestou informação sobre o documento em apreciação e discussão e esclareceu "(...) este documento foi feito pelos técnicos desta Câmara, de acordo com a legislação em vigor e com os pareceres da entidade reguladora ERSAR. Este documento já foi discutido em reunião de Câmara, e agora está aqui para ser apreciado, discutido e aprovado ou não pela Assembleia Municipal". -----

----- O membro Rui Franco referiu "(...) este Regulamento está bem adaptado à realidade do concelho de Borba. Define claramente quais são as funções do Município, da entidade gestora; define responsabilidades, separa bem as competências da alta e da baixa, o que é da Câmara e o que é da GESAMB. (...) pode permitir que a Câmara atue do ponto de vista da contra ordenação, para infrações, nomeadamente a não separação de resíduos, ou seja, a não utilização adequada dos equipamentos (...)". Terminou a sua intervenção, realçando ser aquele documento "(...) um bom documento técnico e político". -----

----- O membro Ângelo de Sá interveio e expressou a sua opinião relativamente ao documento em discussão, "(...) existe uma situação aqui neste regulamento, que vai fazer, com que tome uma opção de votação diferente da bancada do partido socialista, que tem que ver com os Tarifários Sociais, artigo 58º, nomeadamente a alínea b), do nº1, porque ninguém, me conseguiu explicar quem é que ia fazer esta avaliação "utilizadores não - domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

utilidade pública". Enquanto não me explicarem o que é isto, o meu voto será a abstenção". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Ângelo de Sá, que a avaliação do tipo de isenção "(...)" será feita por uma equipa preparada e tecnicamente ajustada "(...)" -----

----- **O membro Ângelo de Sá** reforçou o que segundo disse já tinha dito em assembleia anterior "(...)" neste país só há uma entidade, que é o governo, que pode reconhecer pessoas coletivas de declarada utilidade pública". Continuou "(...)" ou existe ou não existe esse grupo "(...)" eu não sei se é isso que se quer dizer, daí a minha dúvida "(...)" -----

----- **O membro João Letras** referiu que o PSD, nada tinha a opor ao Regulamento em discussão. No entanto, salientou "(...)" gostaríamos de ver mais aprofundadas algumas regalias para quem cumpre a separação dos mesmos, porque existe muita gente que continua sem fazer a devida separação dos resíduos. Deveriam existir alguns incentivos para quem fizer essa separação adequadamente". -----

- Continuou referindo que na sua opinião, "(...)" deveriam fazer-se mais ações de sensibilização junto das escolas e nas freguesias rurais, na cidade "(...)", sobre esta questão dos Resíduos Urbanos. -----

----- Perguntou "(...)" neste mandato já foi feita alguma ação deste teor, relativamente aos Resíduos Urbanos? "(...)" -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou terem sido feitas algumas ações de sensibilização. Informou que existe no Quadro Portugal 2020, algum dinheiro para programas de sensibilização. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse concordar com o membro João Letras "(...)" deve-se premiar as pessoas que se portam bem". -----

----- Não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor (eleitos do MuB, PS, PSD e CDU) e uma abstenção de um eleito do PS – **Ângelo João Guarda Verdades de Sá**. -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Aprovação de Regulamento de Venda de Lotes no Loteamento Habitacional de Rio de Moinhos.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...)" à semelhança do que fizemos na Orada, vamos fazer agora para Rio de Moinhos. Tentar fixar pessoas e aproveitar espaços, com preços mais ou menos apetecíveis "(...)", para que os jovens se fixem e dinamizem a localidade onde habitam". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...)" tenho a dizer o mesmo que disse em relação à Orada. Existe de certa forma, aqui, alguma injustiça, serem beneficiados apenas as pessoas de acordo com estes escalões etários. As pessoas com mais de sessenta anos não têm qualquer alternativa "(...)" -----

----- **O membro Quintino Cordeiro** desejou boa noite a todos os presentes e fez os seguintes reparos: "(...)" este loteamento em Rio de Moinhos peca por ser tardio e por ser para poucos. Seis



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

lotes em Rio de Moinhos, é de facto pouco para a população e para a gente jovem (...). Se este loteamento tivesse existido a alguns anos atrás, muitos jovens de Rio de Moinhos, não tinham abalado.”. -----

----- Segundo reparo “(...) se fosse a Junta de Freguesia a vender, teria em atenção a localização, porque os custos estão exagerados (...), os custos iniciais de construção, porque vai ser necessário proceder-se à remoção de terras, que foram lá colocadas. Reforçou “(...) o preço base está acima de cinco mil euros (5.000,00 €), cada um deles “. -----

----- O membro **João Letras** perguntou se o Loteamento Habitacional que estava em discussão era o que estava situado à frente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos. -----

----- Foi-lhe respondido que sim. -----

----- O membro **João Letras** continuou “(...) recordo-me que no ano de dois mil e cinco, foi colocado lá uma placa (...), a qual dizia, “(...) vamos à obra”, e só agora em dois mil e dezassete, estamos a aprovar o regulamento para a venda de lotes (...), muita burocracia, houve durante estes anos todos.”. -----

----- O membro **Ângelo de Sá** respondeu ao membro **João Letras** “(...) a grande aspiração da população de Rio de Moinhos, na altura, era um Loteamento, o qual foi feito no ano de dois mil e cinco”. Continuou “o regulamento sempre existiu (...), o que estamos aqui a fazer é alterar aquilo que estava previsto”. -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse concordar com o membro **Quintino**, quando referiu que o Loteamento “peca por tardio”. -----

----- Acrescentou, os custos de construção para o loteamento em discussão, não vão ser poucos, mas o critério adotado, para o valor de venda dos lotes, foi idêntico tanto para a Orada, como para Rio de Moinhos. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação tendo o mesmo sido aprovado **por maioria, com dezoito votos a favor (eleitos do MuB, PS, PSD e CDU) e uma abstenção de um eleito do PS – Ângelo João Guarda Verdades de Sá.** -----

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Aprovação de Regulamento de Apoio ao Associativismo

Desportivo do Município de Borba. -----

----- O presidente da Câmara Municipal informou que aquele Regulamento tinha sido desenvolvido pelo vereador **Joaquim Serra**, enquanto vereador a meio tempo, com contributos de duas associações (Sport Clube Borbense e a Barbus).” Este documento visa regulamentar, o apoio que deve ser feito àqueles que muito fazem pelo desporto em Borba, (...)”. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

----- O vereador **Benjamim Espiguiinha** desejou boa noite a todos os presentes e lamentou a demora em relação ao aparecimento daquele Regulamento. "(...) este regulamento, basicamente, vem colmatar uma grande lacuna, que existia em relação aos clubes desportivos. (...) Os clubes desportivos têm "um timing" próprio que não se adequa ao calendário do ano civil. A época dos clubes começa sensivelmente em julho, agosto e termina em maio, junho. Fazer os clubes, candidatarem-se em fevereiro, empurra a decisão da Câmara e o consequente apoio financeiro para o final da época. A Associação de Futebol, não tem permitido que os clubes atrasem os pagamentos, já houve inclusive, clubes que foram impedidos de realizar jogos, por não terem as taxas pagas em dia". Continuou "(...) há muitos anos que esta lacuna era apontada. O que se pretende com este Regulamento, é que o município, possa apoiar de uma forma mais correta, e que vá mais de encontro às necessidades efetivas dos clubes desportivos (...), porque estes têm um calendário diferente, das outras associações do nosso concelho". -----

----- O vereador **Joaquim Serra** desejou boa noite a todos e presentes e disse "(...) eu também entendo, que este Regulamento poderia ter vindo mais cedo, (...) é uma lacuna do Município, o Regulamento que tinha, para atribuição de apoios ao movimento associativo. Isto porque, foi criado para meter todas as associações no mesmo regulamento, quando elas têm características completamente diferentes, quando têm objetivos completamente diferentes, e a questão dos bombeiros também metida neste mesmo regulamento, era mesmo uma forma absurda.". Continuou "(...) é possível o Grupo Desportivo dos Bombeiros, candidatar-se, aqui a algumas atividades pontuais, a Associações Humanitária dos Bombeiros, não é possível enquadrar-se num Regulamento desta natureza, por isso deve haver (...), outros protocolos, outras maneiras de apoiar, tendo em atenção, aquilo que são as competências da Câmara no âmbito da proteção civil, e aquilo que é o serviço que os bombeiros prestam no âmbito da proteção civil, em que há municípios em que o próprio serviço de proteção civil, das Câmaras, funciona junto dos Bombeiros, e é o próprio comandante dos bombeiros que assume o comando da proteção civil, substituindo o presidente da Câmara (...), não em termos formais, mas em termos práticos." -----

----- Acrescentou "(...) a separação das associações da prática desportiva, das associações culturais, era importante fazer-se. Este regulamento que está hoje aqui, à discussão, tem já um conjunto de apoios diferentes, dos que vinham no outro regulamento. Tem definido com algum critério, aquilo que o município apoia (...), e fica claro para os clubes, o apoio que o município dá (...), que são as inscrições dos atletas, no início da época (...), quando não tem dinheiro, quando não estão a faturar. Tem também apoios aos técnicos, a combustíveis nas deslocações, tem criado um sistema, de que a Câmara continuará a assumir a representação do futebol a nível nacional em termos de deslocações. Em termos de futebol regional, pagará as deslocações com o pagamento ao quilometro". Continuou "(...), nós fizemos este Regulamento chamando as associações que o vão utilizar (...), para puderem dar a sua opinião, contributo. Este regulamento surgiu na base do diálogo



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

com os clubes. Existe um artigo no Regulamento que vai privilegiar o mérito, se houver mérito desportivo, poderá ser acrescido mais um apoio". -----

----- Informou "(...) este Regulamento quando começou a ser feito, tinha um outro espírito, que a nível do executivo, ficou mais ou menos acordado. Não era de definir uma verba logo de início, em termos de orçamento, era definir um princípio. (...) em que uma parte do IRS, nomeadamente naqueles anos em que o IRS, tinha uma taxa de três por cento (3%) e está a ser de cinco por cento (5%), que esses diferenciais, pudessem ser traduzidos no apoio ao movimento associativo. Nós não podíamos de deixar de retirar esse dinheiro aos Borbenses, porque tínhamos de aplicar a taxa, mas podemos depois devolve-lo através do movimento associativo (...)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** interveio e referiu já ter dito no início do mandato que o Regulamento de Apoio ao Associativismo, não estava correto. Realçou "(...) este Regulamento (...) peca por ser tardio. É importante que se diga aqui, que este regulamento não é exclusivo das associações desportivas. Como é sabido, nas associações existentes em Borba, há muitas associações que não são exclusivamente desportivas. (...) aquelas que em termos globais, desenvolvem mais uma atividade, do que outra (...), se formos analisar bem, os estatutos das associações existentes em Borba (...), muitas delas têm a vertente desportiva. Em minha opinião, este regulamento não pode impedir que outras associações, que não desenvolvam como atividade principal, uma atividade desportiva, seja ela de que natureza for, de se poderem candidatar (...)". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** explicou "(...) o Regulamento no artº3 diz: -----
"1 – Pode beneficiar dos apoios previstos no presente Regulamento qualquer pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Concelho de Borba, que tenha por objeto o fomento e a prática direta de atividade física e desportiva". Desde que tenham isso no objeto (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou "(...) o regulamento das Associações Culturais, virá a seguir. Irá ter um processo próprio, discussão pública (...). Este Regulamento foi feito tendo por base regulamentos de outros concelhos, e tem como finalidade, não permitir que alguma associação, que tenha "algum bocadinho" de desportivo, possa usar disto (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**. -----

----- De seguida, informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as quatro minutas dos pontos da ordem de trabalhos. -----

- Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade. -----

- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de fevereiro, da qual se lavrou a presente ata composta por vinte e uma páginas, que por ele vai ser assinada e pelos secretários. -----

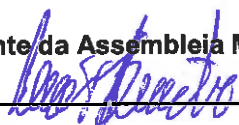


Município de Borba

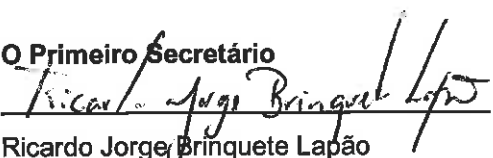
Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017)

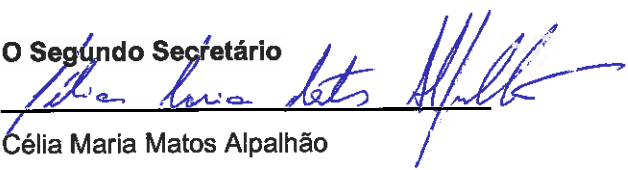
O Presidente da Assembleia Municipal


Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário


Ricardo Jorge Brinquete Lapão

O Segundo Secretário


Célia Maria Matos Alpalhão

